



## LÉLIA CHACON

Jornalista e editora do site e revista *Onda Jovem*, do Instituto Votorantim

# Ensino: vale a pena articular até quando?

Cerca de 88% dos adultos nos Estados Unidos concluíram o ensino médio, contra menos de um terço dos brasileiros. Quase dois quintos dos americanos de mais de 25 anos têm diploma universitário, contra apenas 9% dos brasileiros. Mas os dois países têm semelhanças na luta pela qualidade do ensino básico público, tentando com reformas e medidas combater o fraco aprendizado dos jovens nas escolas.

Essa história está em uma publicação recente da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Instituto Fernand Braudel. É uma contribuição do Programa Excelência em Gestão Educacional, lançado pela Fundação em 2009. Trata-se do relato de experiências educacionais inovadoras que estão dando certo em Nova York e podem inspirar ações na realidade brasileira.

Para os autores do relatório, as experiências americanas mostram que a escola, o diretor e o professor podem fazer diferença em qualidade de ensino “desde que recebam apoio e cobrança constantes de um órgão central coeso, ágil e qualificado”. Com essa estratégia, a reforma educacional de Nova York, informa a publicação, foi iniciada em 2002 e no mesmo ano começou a

mostrar resultados.

**Quanto tempo podemos esperar para que essa “febre articulatória” dos nossos gestores educacionais mostre a cara na sala de aula para beneficiar a dupla professor-aluno?**

Por aqui o ritmo é outro. A palavra de ordem na educação é articular. Parece que estamos fadados a ter a expressão como estratégia eterna. Ela ressurge como principal desafio da recém-realizada Conferência Nacional de Educação, a Conae: propor diretrizes para a elaboração do Sistema Nacional Articulado de Educação, como divulgado na imprensa. Tal articula-

ção — a atuação colaborativa entre União, estados, municípios e Distrito Federal — deverá estar refletida nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, para o qual será ainda preciso redigir um projeto de lei a ser discutido pelo Congresso Nacional até o fim do ano. Ano eleitoral. Dá-lhe articulação!

E para o bom andamento desse sistema articulado, conceito já definido por alguns como um pleonasma, está previsto o monitoramento do PNE por um Fórum Nacional de Educação. Dá-lhe articulação!

O Ministério da Educação, no cenário desenhado, será o órgão executivo encarregado da coordenação da política educacional, planejamento e articulação geral, financiamentos complementares, avaliação do rendimento escolar e estabelecimento de normas gerais. Terá de zelar pelo funcionamento articulado de 5.592 sistemas de ensino no Brasil (5564 municipais, 26 estaduais, 1 do Distrito Federal e 1 federal). Será o órgão central de apoio e de cobranças constantes pelo melhor desempenho das redes de ensino.

O desafio é gigantesco: fazer essas redes conversarem entre si, a partir de “mínimos denominadores comuns”, garantindo que não se firam autonomias federativas e nem se forcem padrões homogêneos para realidades distintas. O que interessa, em outras palavras, é uma integração capaz de diminuir descompassos no ensino oferecido por redes municipais, estaduais e federais. Na prática, espera-se que isso signifique garantir a um jovem brasileiro, em qualquer região do país, a formação mínima necessária para participação na vida pública. ■